



SEXTA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)

OTTAWA, CANADÁ
13 A 15 DE SETEMBRO DE 2009

PROSPERIDADE E COOPERAÇÃO: UMA NOVA AGENDA PARA AS AMÉRICAS

**

RELATÓRIO FINAL Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

(versão sujeita a modificações estilísticas)

APRESENTAÇÃO

A apresentação da nossa conferencista convidada, a sra. Lynn Holowesko, presidenta do Senado da Commonwealth das Bahamas, salientou sobretudo a complementaridade dos homens e mulheres relacionada, entre outros, com a condição biológica de seu respectivo cérebro; conseqüentemente, considerou que a contribuição de homens e mulheres permitirá conseguir um melhor equilíbrio para garantir uma governança política otimizada em uma sociedade cada vez mais complexa.

A sra. Holowesko destacou o progresso lento conseguido para a paridade das mulheres nos parlamentos das Américas e observou que dez países não contam com nenhuma mulher entre seus representantes eleitos. Ela comentou sobre uma pesquisa realizada nos Estados Unidos que atribuía as seguintes qualidades às mulheres que poderiam ser candidatas em nível político: a honestidade, a inteligência, a abertura de espírito e a criatividade. Ela salientou que as mulheres foram qualificadas como mais honestas que os homens no mundo da política durante essa consulta.

A sra. Holowesko constatou que as mulheres que se dedicam à política têm tendência a se interessar mais pelas questões de educação e saúde. Sugeriu que as mulheres devem participar mais nos campos da defesa, segurança, justiça e economia.

DISCUSSÕES

Vários participantes compartilharam de suas opiniões sobre como reduzir ou eliminar as diferenças na participação das mulheres no processo político. Alguns países adotaram medidas legislativas, que seja em nível da eleição das candidatas nas listas dos partidos políticos, ou outro tipo de medidas que estabelecem quotas.

Segundo as jovens parlamentares, a situação ideal seria a de paridade, isto é, a metade dos



assentos, nem mais nem menos.

Esse é o objetivo que a maioria dos participantes apoiava. Alguns participantes pareciam acreditar que não existia nenhuma barreira estrutural para a candidatura das mulheres para cargos eletivos, enquanto que um dos participantes expressou sua inquietude pelo fato de que a incorporação das mulheres ao cenário político poderia prejudicar a educação das crianças. Chegou-se à conclusão de que era decisão das mulheres ter acesso a funções no âmbito político ou econômico, tanto é que atualmente, em vários países, as mulheres são o grupo mais numeroso na maioria das universidades.

Com relação às políticas que se referem sobretudo às mulheres, os participantes expressaram o desejo de que a Igreja e o Estado se limitem ao seu respectivo campo de ação, principalmente no que se refere às técnicas de reprodução e ao aborto.

Vários participantes indicaram sua vontade de que se fortaleçam medidas legislativas nos casos de violência familiar, violação, abuso sexual e, sobretudo, que exista uma maior colaboração internacional para castigar os infratores.

Por último, os participantes constataram que os meios de comunicação contribuem a levantar barreiras para conseguir a igualdade das mulheres no terreno político, chegando inclusive em alguns casos à discriminação.

Segundo uma das participantes, as mulheres parlamentares deveriam antes de tudo criar uma rede de solidariedade entre todas as mulheres de seu país. As candidatas têm a responsabilidade de manter contato com a população feminina de sua região para consultá-la e sensibilizá-la com o processo político.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.

Baseado nas deliberações no âmbito da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares realizada no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA FAZ AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:

1. Que se estabeleçam medidas legislativas para assegurar a paridade dos homens e das mulheres nos Parlamentos das Américas.
2. Que as mulheres parlamentares das Américas participem plenamente do processo legislativo, indo além das pastas sociais e de educação, cuidando de pastas no campo da economia, defesa, segurança, etc.
3. Que os Parlamentos das Américas colaborem para garantir que os atos criminosos, como a violação, os abusos sexuais, os atos de violência familiar, etc., possam ser objetos de



sanções quando seus autores atravessem as fronteiras.

4. Que as mulheres parlamentares garantam que sua população feminina participe e que se estabeleçam redes de solidariedade.
5. Reconhecendo a importância do congresso de parlamentares “Rumo à uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”, realizado em Bogotá, Colômbia, em 20 a 21 de novembro de 2008:
 - a) Aprova as recomendações adotadas pelos parlamentares reunidos no congresso “Rumo à uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”, anexadas à presente recomendação; e
 - b) Incentiva os parlamentos membros do FIPA a prestarem contas do avanço feito na implementação dessas recomendações na próxima Assembléia Plenária do FIPA.

Hon. Céline Hervieux-Payette

Senadora do Canadá

Presidenta da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas



Anexo

Original: espanhol

Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva do gênero para as Américas

Bogotá, Colômbia, 20 e 21 de novembro de 2008

Recomendações

Aprovadas em 21 de novembro de 2008.

Nós, mulheres e homens parlamentares das Américas, reunidos para o Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas” em 20 e 21 de novembro de 2008, em Bogotá, Colômbia, fazemos as seguintes recomendações, que devem ser apresentadas aos nossos respectivos Paramentos:

Políticas econômicas e gênero

- Iniciar o processo de construção de um Plano de ação para que os Paramentos da América tenham maior ingerência sobre os temas de desenvolvimento e que os mesmos contemplem a igualdade de gênero.
- Incorporar a perspectiva de gênero como um aspecto central e transversal na formulação de orçamentos públicos do setor central, regional e local¹ que os conduza a serem equilibrados e sustentáveis, e que não sejam traduzidos em programas e projetos isolados com caráter marginal ou subsidiário.
- Reconhecer durante a negociação de acordos comerciais a necessidade de tornar visível e remunerar equitativamente o trabalho das mulheres, isso sendo traduzido em empregos formais com as devidas garantias de proteção e seguro social.

Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas

- A crise global golpeia de modo especial a mulher, mas as crises também podem dar lugar a oportunidades; para tanto se deve trabalhar de maneira criativa para que a nova ordem a ser configurada - não como um retoque da atual mas sim como uma cirurgia profunda que parta de uma visão integral, inclusiva e sustentável - supere a desigualdade de gênero e muitas outras iniquidades existentes hoje.

¹ Nota do revisor: Ou seja, da União, Estados e Municípios.



- Adotar novos critérios a fim de estabelecer a competitividade econômica dos países, assegurando-se que isto não implique no aviltamento dos salários e em novas formas de exploração.
- Redefinir a relação existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo para que mulheres e homens tenham um papel preponderante em ambas as esferas.

Políticas sociais, gênero e desenvolvimento

- Assumir um enfoque de direitos sociais e especialmente de gênero no desenho das políticas sociais, tendo em conta que se apresenta uma janela de oportunidades ou um cenário propício para o diálogo entre o social e o gênero.
- Reconhecer as seguintes vantagens em se ter um enfoque de gênero nas políticas sociais: (i) Coerência de valores entre a legislação e a realidade; (ii) Sustentabilidade institucional dos poderes legislativo, executivo e judicial; (iii) Maior legitimidade social e política; e (iv) Melhores políticas sociais, porque permite detectar as discriminações existentes para corrigi-las.
- Os direitos humanos devem ser reconhecidos nas políticas sociais como ocorre nas políticas criminais.

Sustentação ambiental e de gênero

- Desenvolver novos paradigmas de sustentação ambiental e de gênero.
- Levar em conta a cultura e a dignidade dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.
- Construir uma auditoria com enfoque de gênero sobre os investimentos realizados na sustentação dos recursos naturais.

Democracia, reformas político eleitorais e gênero

- Promover a articulação do Legislativo com as organizações sociais de base com o intuito de assegurar o cumprimento da lei de cotas.
- Sensibilizar os meios de comunicação com o objetivo de tornar visível a participação política da mulher e transformar os estereótipos de gênero.
- Propor o financiamento público da participação política que venha a favorecer a inclusão da mulher.